



Município de Sentinela do Sul

2
J

Mensagem nº 017/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Vereadores:

Na forma da Legislação em vigor, submeto à deliberação desta colenda Casa Legislativa o seguinte Projeto de Lei:

Projeto de Lei nº 017/2025 - Acresce Benefícios Eventuais a Lei Municipal nº 1090/2011.

Ressaltamos que o projeto de lei é remetido a esta Casa Legislativa em **regime de Urgência Especial**.

Gabinete do Prefeito de Sentinela do Sul, em 09 de maio de 2025.


Julio Cesar Carvalho
Prefeito Municipal


ROGER DA SILVA CUSTÓDIO
Secretário Executivo
C.M. Sentinela do Sul
09/05/25



Município de Sentinela do Sul

Projeto de Lei nº 017/2025

Acresce Benefícios Eventuais a Lei Municipal nº 1090/2011.

Julio Cesar Carvalho, Prefeito Municipal de Sentinela do Sul/RS, usando das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, institui:

Art. 1º - O art. 6º da Lei Municipal nº 1090/2011 passará a vigorar com a seguinte redação:

Art. 6º - Constituem benefícios eventuais:

[...]

IV- Auxílio transporte;

V- Aluguel Social.

Art. 2º - O art. 7º da Lei Municipal nº 1090/2011 passará a vigorar com a seguinte redação:

Art. 7º - [...]:

[...]

IV- o auxílio natalidade será concedido a genitora que comprove residir no Município.

Art. 3º - O art. 13 da Lei Municipal nº 1090/2011 passará a vigorar com a seguinte redação:

Art. 13 - Será concedido auxílio transporte para aquisição de passagens intraestadual para pessoas residentes no Município, em vulnerabilidade social, conforme determinação da equipe técnica e/ou Conselho Municipal de Assistência Social.

Art. 4º - O art. 14 da Lei Municipal nº 1090/2011 passará a vigorar com a seguinte redação:



Município de Sentinela do Sul

Art. 14 - O Benefício do Aluguel Social será concedido no caso de falta de domicílio, visto que os indivíduos nesta situação estão em desproteção social, devendo o benefício ser concedido:

I- para garantir a proteção em situação de abandono ou impossibilidade de garantir abrigo aos filhos;

II - quando ocorrer a perda circunstancial decorrente da ruptura de vínculos familiares, da presença de violência física ou psicológica na família ou de situações de ameaça a vida;

III - para garantir moradia nas situações de desastres e de calamidade pública;

IV- em outras situações sociais que comprometam a sobrevivência.

Parágrafo único - a oferta do benefício eventual para pagamento de aluguel social será definido pelo CMAS quanto critérios de tempo de concessão de aluguel.

Art. 5º - Em razão dos benefícios eventuais incluídos, a Lei Municipal nº 1090/2011 passará na continuidade a ter a seguinte capitulação:

Art. 15 - As provisões relacionadas a programas, projetos, serviços e benefícios afetos ao campo da saúde, educação e demais políticas setoriais, não se incluem nas condições de benefícios eventuais da assistência social.

Art. 16 - Caberá ao órgão gestor da Política de Assistência Social do Município:

I - a coordenação geral, a operacionalização, o acompanhamento, a avaliação da prestação dos benefícios eventuais, bem como o seu financiamento;

II - a realização de estudos da realidade e monitoramento da demanda para constante ampliação da concessão dos benefícios eventuais;

III - expedir as instruções e instituir formulários e modelos de documentos necessários à operacionalização dos benefícios eventuais.

Parágrafo único - O órgão gestor da Política de Assistência Social deverá encaminhar relatório destes serviços, bimestralmente, ao Conselho Municipal de Assistência Social.



Município de Sentinela do Sul

Art. 17 - Caberá ao Conselho Municipal de Assistência Social fornecer ao Município informações sobre irregularidades na execução dos benefícios eventuais bem como avaliar e reformular, a cada ano, o valor dos benefícios natalidade e funeral que deverão constar na Lei Orçamentária do Município.

Art. 18 - As despesas decorrentes desta Lei ocorrerão por conta de dotação orçamentária própria, prevista na Lei Orçamentária.

Parágrafo único - O valor dos benefícios eventuais será definido e atualizado pelo Poder Executivo, mediante aprovação do Conselho Municipal de Assistência Social.

Art. 19 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, em 09 de maio de 2025.


Julio Cesar Carvalho

Prefeito Municipal



JUSTIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 017/2025

Apresentamos aos Nobres Vereadores, projeto de Lei objetivando a alteração da Lei Municipal nº 1090/2011, a qual dispõe da concessão dos benefícios eventuais no âmbito do Município de Sentinela do Sul.

É de conhecimento do Executivo a necessidade de atualização e readequação de toda legislação de política de Assistência Social no Município, considerando que a lei vigente é do ano de 2011. No entanto, essas alterações demandam tempo de estudos do setor técnico, o que não pode ser aguardado para as alterações ora apresentadas.

A Secretaria, através da equipe de proteção especial, identificou a necessidade da população em vulnerabilidade, da concessão de tais benefícios. A matéria, inclusive, foi objeto de indicação por parte da Câmara de Vereadores.

Assim, buscando atender com urgência as necessidades dos Municípes, em especial aqueles que estão em vulnerabilidade social, a alteração se faz necessária, já que as alterações atendem ao interesse público.

Por tais justificativas, apresentamos o projeto e requeremos que o presente seja apreciado e colocado em votação, **em regime de urgência especial**, e, ao final, aprovado em todos os seus termos pelos nobres Vereadores, pois a proposição atende ao interesse público e a legalidade.

Gabinete do Prefeito, em 09 de maio de 2025.


Julio Cesar Carvalho
Prefeito Municipal